

Lula desiste de ofensiva para emplacar Guido Mantega na presidência da Vale

Presidente ouviu que ex-ministro seria vetado no comando, mas pode ser acomodado em outro cargo

Fábio Zanini, Victoria Azevedo, Catia Sabhar e Nicola Pamplona

SÃO PAULO, BRASILIA E RIO DE JANEIRO — O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) desistiu da ofensiva para colocar o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega na presidência da Vale. O recuo foi negociado com o conselho de administração da mineradora.

A decisão de Lula, articulada com Mantega, foi antecipada pela coluna Pánel. O movimento é uma simulação para a mineradora privada escolher outro nome para o cargo de presidente.

Eduardo Bartolomeo, cujo mandato termina em maio, não deve ser reconduzido. O colegiado acenou com a possibilidade de ter Mantega em outro cargo.

A notícia da desistência de emplacar Mantega abalvou investidores, que temiam pela ingerência política na companhia. As ações da Vale chegaram a subir mais de 2% durante o pregão desta sexta-feira (26). Fecharam em alta de 1,66%.

A pressão vendedora nas ações da companhia no primeiro mês do ano a fez perder R\$ 42 bilhões em valor de mercado. Em janeiro, atingiram a subir mais de 2% durante o pregão desta sexta-feira (26). Fecharam em alta de 1,66%.

Uma ala do conselho da empresa entende que é melhor negociar um candidato de consenso, em nome de um bom relacionamento com o governo. Por isso, o processo de sucessão da companhia, que deveria ser concluído em janeiro, foi suspenso.

A anulação da gestão Bartolomeo por meio interno, que deveria recomendar ou não sua recondução, nem sequer chegou a ser concluída na reunião desta semana. A sucessão também não será debatida pelo conselho na próxima semana, como era esperado.

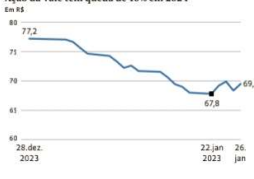
Atroca no comando da Vale, se tornou uma obsessão do presidente da República, que vinha pressionando pela indicação de Mantega.

Na quinta, Lula chegou a criticar a gestão da companhia



Ações da Vale

Ação da Vale tem queda de 10% em 2024



Papéis aceleraram alta após notícia de que Mantega desistiu de presidir a Vale



Fonte: CMA

em redes sociais, ao mesmo tempo que a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, defendia Mantega, também em postagem na internet.

Nesta sexta, Gleisi voltou a se manifestar sobre o caso, lembrando uma multa bilionária aplicada à Vale e a BHP pela tragédia de Mariana (MG), em 2016, e classificando a situação como manipulação e pre-conceito contra Lula e Mantega.

A Folha apurou que o recuo é resultado de conversa entre Lula e o presidente do conselho de administração da Vale, Daniel Stiel.

No encontro, Stiel teria comunicado ao presidente da República que Mantega não seria eleito pelo conselho atual.

O próprio ex-ministro já se sentia incomodado com a exposição pública de seu nome em um processo sem garantias de resultado positivo.

Lula decidiu, então, voltar atrás. Porém, ele mantém negociações para um cargo para Mantega na diretoria ou em subsidiária da empresa.

O governo ainda quer ter influência na escolha do presidente da Vale. Dependente de decisões de ministérios e autarquias federais para suas operações, a mineradora entende que compensa

ter um nome com bom trânsito político.

Nos últimos dias, surgiu o nome de Murilo Ferreira, que foi eleito para o comando da mineradora em 2021 com o apoio da então presidente Dilma Rousseff (PT). Luiz Henrique Guimarães, ex-presidente da Cosan, é outro citado como candidato.

O processo de sucessão na companhia deve se estender pelo mês de fevereiro: se o conselho decidir pela troca no comando, o estatuto da Vale prevê a contratação de

“O presidente Lula nunca se disporia a fazer uma interferência direta em uma empresa de capital aberto, listada em Bolsa, uma corporação

Alexandre Silveira ministro de Minas e Energia, ao negar nesta sexta (26) que Lula estivesse tratando de sucessão na mineradora

empresa de padrão internacional, reconhecida por sua expertise na seleção de executivos globais” para indicar candidatos.

Após a final sobre o novo presidente e do conselho de administração, que é composto por 11 membros, a maior parte deles sem ligação com grandes acionistas.

Apenas Previ (com duas cadeiras), Bradesco e a japonesa Mitsui (com uma cadeira, cada uma) têm representantes no conselho. Uma quinta vaga considerada não independente pertence a representante dos empregados.

Procurado no início da noite, por intermédio de sua assessoria, a Presidência não havia se manifestado até a publicação deste texto.

Apontado como um dos negociadores do governo e entusiasta da indicação de Mantega, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, negou nesta sexta que Lula estivesse tratando de sucessão na mineradora.

“O presidente Lula nunca se disporia a fazer uma interferência direta em uma empresa de capital aberto, listada em Bolsa, uma corporação, que tem a sua governança e a sua natureza jurídica que deve ser preservada”, afirmou.

“Até porque o Brasil é um país que respeita contrato, que tem regulação estável”, disse.

Silveira aproveitou a entrevista na frente do ministério para negar que ele mesmo tenha tratado de qualquer indicação à Vale em conversas com os conselheiros da empresa com quem tem contato.

“Eu, em nenhum momento, fiz uma referência de indicação do governo a nenhuma vaga da Vale. Nemhuma. Nemhuma”, afirmou.

Gleisi, no entanto, saiu em defesa de Mantega. Segundo ela, injustas teriam sido as cobranças contra o ex-ministro em relação à sua responsabilidade no processo iniciado no fim do governo Dilma.

“Temos brasileiros tão qualificados quanto Guido Mantega para compor o conselho da Vale, uma empresa estratégica para o país e na qual o governo tem participação e responsabilidade, mesmo depois de sua privatização. Danos ao patrimônio público”, escreveu a petista no X (antigo Twitter).

Já Lula criticou a gestão da mineradora. “Hoje faz cinco anos do crime que deixou Brumadinho debaixo de lama, tirando vidas e destruindo o meio ambiente. Cinco anos e a Vale nada fez para reparar a destruição causada”, escreveu. Com Reuters e Jullia Moura, de São Paulo

A ‘paranoia liberal’ e os fatos

Por que agora seria diferente a tentativa de induzir crescimento via BNDES?

Marcos Mendes

Pesquisador Associado do Inepi. É organizador do livro “Para não Esquecer: Políticas Públicas que Empobrecem o Brasil”

Em minha coluna de 12/1/24, mostrei preocupação com o retorno da tentativa de induzir crescimento via BNDES, com recursos do Tesouro. Outro colunista desta Folha classificou meus argumentos como “paranoia liberal”.

Onde faltam argumentos sobram adjetivos. Vamos aos fatos. Para defender a política pública do BNDES, o colunista afirma que “a revisão de literatura feita por Barbaeza et al (2023) mostra que o efeito dos desdobramentos do BNDES sobre investimento, emprego e exportação é positivo, especialmente grande sobre as MPME”.

Os 28 estudos analisados nessa pesquisa acadêmica — entre os quais muitos trabalhos publicados em periódicos de renome, como o de Bonomo, Brito e Martins (2015) — estão longe de apontar sucesso.

Segundo Barbaeza et al (2023), a maioria dos artigos sugere que o BNDES teve efeito nulo sobre a produtividade (pág. 44); o motor do crescimento de longo prazo não foi acionado. Fernando Veloso acabou de publicar estudo sobre o baixo crescimento da produtividade no Brasil, também ali está ressaltando os efeitos negativos da política de crédito do BNDES.

O impacto sobre emprego, por sua vez, foi temporário: cresce durante a construção de empreendimento financeiro, depois cai.

Já o efeito positivo sobre o investimento “foi encontrado apenas nas avaliações que consideraram as micro e pequenas empresas (...), não nas empresas com capital aberto” (Barbaeza et al, pág. 62).

Ocorre que, entre 2007 e 2017, as MPME receberam apenas 3% do valor liberado pelo BNDES. As grandes empresas ficaram com 70% e não aumentaram investimento: o dinheiro que elas pegariam no mercado passaram a pegar barato no BNDES, para financiar investimentos que já estavam planejados. O subsídio virou lucro para os acionistas.

Nem sempre o aumento do investimento foi algo positivo. Por exemplo, a linha de crédito “Procaminhonero”, com juros reais negativos, induziu aumento de 40% na frota de ca-

minhões entre 2009 e 2016. O excesso de oferta de fretes somou-se a outros fatores que levaram à greve dos caminhoneiros, que paralisou o país.

Exemplos de financiamentos com mais resultados não faltam: a Ferrovia Transnordestina, que ficou pronta em 2007 a um custo de R\$ 4,5 bilhões, não tem data para ser concluída; custará R\$ 2 bilhões. A hidrelétrica de Belo Monte, que custaria R\$ 20 bilhões, saiu pelo dobro e não tem água para gerar energia durante a seca.

Foderíamos seguir com indústria naval, refinarias e petróleo: países desenvolvidos de capacidade de pagamento.

Autoridades do governo argumentam que desta vez será diferente, porque não haverá nem

aporte de recursos do Tesouro no BNDES nem subsídio nos financiamentos. Não é correto.

No Fundo Clima, operado pelo BNDES, há recursos do Orçamento e dinheiro que o Tesouro capta com a venda de “green bonds”. As LCBs (Letras de Crédito de Desenvolvimento), que o BNDES pretende emitir, têm incentivo fiscal que, segundo exposição de motivos do PL 6.235/23, soma “renúncia da ordem de R\$ 312,5 milhões para 2024, R\$ 37,4 milhões para 2025 e R\$ 1,35 bilhão para 2026”.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico, recém-criado, será abastecido com dinheiro de benefícios tributários dados pelo Tesouro às empresas. O BNDES também postergará o pagamento de R\$ 23 bilhões de empréstimo do Tesouro, que deveriam ser pagos neste ano.

Os fundos Fust e FNDCT também vêm do Orçamento. Há taxas subsidiadas com custo para o Tesouro. Enquanto ele se financia a 11% ao ano, empréstimos com recursos do FAT e do FNDCT cobram

apenas a TR (3,8% ao ano). As taxas das linhas do Fundo Clima estão em torno de 6% anuais.

Por mais criativos que sejam os esquemas de driblar o Orçamento, com fundos privados ou benefícios tributários, a conta acaba chegando na dívida pública.

Não adianta dizer que agora os valores são menores que no passado. Essas políticas sempre começam devagar e depois cresceram e demoram a ser encerradas. Não será difícil escapar. Por exemplo, os limites para emissões das LCBs e para a concessão de financiamentos ao custo de TR podem ser ampliados por simples decisão do Conselho Monetário Nacional.

O sucesso de políticas de apoio ao desenvolvimento tem como condições mínimas necessárias: a) governança que evite a captura pelos interesses privados, b) metas claras, c) avaliação de impacto, d) interrupção do que fracassar e) exposição dos beneficiários à concorrência externa. Isso vai ser feito?